REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Inspeção Regional do Turismo

Relatório Inspetivo, nos termos do DLR n.º 5/2019/A, de 4 de fevereiro

Relatório Inspetivo nº	Inspeção	Entidade averiguada	Descrição	Enquadramento legal	Conclusão e proposta	Despacho do Inspetor Regional do Turismo
RI-2023-151	**Atividade:** Alojamento local **Âmbito**: Plano de Atividades 2023 **Ação**: Fiscalização de alojamento local **Data:** 23/03/2023 **Plataformas online:** **Inspetores:** Helena Fraga Ana Passinhas	**Identificação** **Registo nº:** **Entidade Exploradora** **Sede/Morada:** **Concelho e Ilha:** **Responsável:**	Efetuada a ação inspetiva ao alojamento, verificou-se que: O livro de reclamações não estava na casa, a caixa de primeiros socorros estava incompleta, o telefone não estava ligado à rede e o fogão da cozinha necessitava de reparação/ substituição. O responsável foi notificado, no local, através da notificação n.º155, concedendo-se um prazo de dez dias úteis para proceder à sanação das irregularidades. O proprietário respondeu e evidenciou através de email a sanação das irregularidades detetadas	Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro (art. 4.º e 53.º) – Estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Portaria n.º 83/2016, de 4 de agosto, alterada pela Portaria n.º 23/2018, de 16 de março (art.º 9.º) e pela Portaria 101/2020 de 28 de julho (adita o art. 4.º-A).	Considerando que a entidade exploradora do alojamento, sanou as irregularidades detetadas, propõe-se a conclusão e arquivamento do presente procedimento e que deste facto seja dado conhecimento ao proprietário, conforme proposta de ofício constante em anexo. 25/05/2023 **O inspetor:**	Concordo. 3.04.23